



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

PEDRO IVO BASÍLIO BANDEIRA DA SILVA

**IMPRESSÕES REBELDES: UMA ANÁLISE DA REVOLTA ESCRAVA DE
CAMAMU DE 1691**

Recife

2023

PEDRO IVO BASÍLIO BANDEIRA DA SILVA

**IMPRESSÕES REBELDES: UMA ANÁLISE DA REVOLTA ESCRAVA
DE CAMAMU DE 1691**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Disciplina de Trabalho de
Conclusão de Curso II como requisito
parcial para à obtenção do título de
Graduado em Licenciatura Plena em
História pela Universidade Federal Rural
de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Victor Hugo Abril

**Recife
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D111i da Silva, Pedro Ivo Basílio Bandeira
Impressões Rebeldes: Uma análise da revolta escrava de Camamu de 1691 / Pedro Ivo Basílio
Bandeira da Silva. - 2023.
21 f.

Orientador: Victor Hugo .
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, 2023.

1. Rebeliões Coloniais. 2. Escravizados. 3. Brasil. 4. Bahia. I. , Victor Hugo, orient. II. Título

CDD 909



PEDRO IVO BASÍLIO BANDEIRA DA SILVA

**IMPRESSÕES REBELDES: UMA ANÁLISE DA REVOLTA ESCRAVA DE
CAMAMU DE 1691**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em História.

APROVADO EM: 20 / 09 /2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Victor Hugo Abril
Universidade Federal Rural de Pernambuco - Orientador

Profa. Dr. Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira
Universidade Federal Rural de Pernambuco - Examinador interno

Prof. Dr. Jeffrey Aislan de Souza Silva
Universidade de Pernambuco – Examinador externo

Impressões Rebeldes: Uma análise da revolta escrava de Camamu de 1691

Rebellious Impressions: An analysis of the Camamu slave revolt of 1691.

Resumo: Esse artigo busca analisar e compreender as convulsões sociais que ocorreram na vila de Camamu, localizada na então Capitania de Ilhéus, durante o ano de 1691. Camamu, uma vila construída defronte a uma baía de mesmo nome, caracterizou-se por sua importante produção de farinha de mandioca durante o século XVII e, também, pelo voluptuoso volume de pessoas escravizadas que habitavam aquela região. Por estar numa região fronteira, Camamu era alvo frequente de incursões indígenas e também local propício para o surgimento de dezenas de quilombos. Esse contexto resultou numa população local consistente em escravizados, mestiços, indígenas e brancos. É em 1691 que as tensões étnico-raciais irão atingir o seu zênite, degenerando-se numa rebelião aberta de escravizados e mestiços, que entoavam gritos de "Morte aos brancos e viva a liberdade". A revolta foi brutalmente oprimida pelas autoridades portuguesas e caracterizou-se como um dos maiores levantes de escravizados da capitania de Ilhéus no século XVII.

Palavras-chave: Rebeliões Coloniais; Escravizados; Brasil; Bahia

Abstract: This article seeks to analyze and understand the social upheavals that occurred in the village of Camamu, located in the then Captaincy of Ilhéus, during the year 1691. Camamu, a village built in front of a bay of the same name, was characterized by its significant production of cassava flour during the 17th century, as well as by the substantial number of enslaved people who inhabited the region. Being in a border region, Camamu was a frequent target of indigenous incursions and also a favorable location for the emergence of numerous quilombos. This context resulted in a local population consisting of enslaved individuals, mixed-race people, indigenous people, and white people. It was in 1691 that ethnic-racial tensions reached their zenith, deteriorating into an open rebellion of enslaved individuals and mixed-race people who chanted slogans like "Death to the whites, and long live freedom." The revolt was brutally suppressed by Portuguese authorities and was characterized as one of the largest uprisings of enslaved people in the Captaincy of Ilhéus in the 17th century.

Keywords: Colonial Revolts; Enslaved; Brazil; Bahia

Introdução

No século XVI, aquando os portugueses enviaram suas primeiras naus em direção ao recém-conquistado território ultramarino nas Américas, não aportaram naquele assentamento apenas colonos, religiosos e feitores; eles traziam consigo o aparato político-ideológico gestado no continente europeu e que servia de estrutura basilar ao Antigo Regime, sistema ao qual Portugal se mantinha e estabelecia seu vasto império global. Embora o cronista Sebastião de Rocha Pitta tenha descrito a então colônia do Brasil como um paraíso idílico na terra, também trabalhado em Visão do Paraíso do historiador Sérgio Buarque de Holanda, louvando as suas águas claras e a natureza indolente, logo o sistema colonial viria a interromper essa paz, na medida que as autoridades reinóis fincavam raízes mais profundas ali, os homens de fé exigiam mais almas de nativos para converter e a economia colonial exigia mais e mais braçadas escravizadas para sustentar os grandes latifúndios.

Conforme a sociedade colonial Brasileira foi-se tornando mais complexa, as rebeliões e tumultos se seguiram. As rebeldias contra as autoridades reinóis vinham de todas as camadas sociais e em todas as regiões. Os nativos fugiam de seus captores em direção aos sertões, região considerada incógnita e de fronteira para os portugueses, e não era incomum que esses povos originários realizassem incursões contra assentamentos portugueses, como pode-se aferir na região do sul da capitania da Bahia que, em meados do século XVII, sofria com a violência de grupos tupinambás que habitavam ali. Além dos nativos, os pretos escravizados ofereciam resistências diárias, seja quebrando instrumentos de trabalhos até mesmo a fuga em direção aos quilombos que brotavam por toda a colônia.

Contudo, não foram apenas esses grupos subalternizados, isto é, que estavam a margem da sociedade portuguesa, que se envolviam em causas rebeldes. Era comum donatários de capitanias recusarem-se a aceitar ordens de funcionários indicados pela coroa, comerciantes coloniais revoltarem-se contra os privilégios daqueles provindos do reino e soldados e oficiais ameaçarem motins nas diversas praças-forte espalhadas pelo império. O Conde de Assumar, ainda no século XVII, registraria que o próprio ar da capitania das Minas Gerais “exalava” rebeldia. Uma clara alusão ao caráter instável e rebelde que as possessões lusitanas na América detinham.

“a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins, o ouro toca desaforos; destilam liberdade os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordem os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.” (FIGUEIREDO, 2005, página 26)

Essas rebeliões e demonstrações de insatisfação que ocorriam por toda a colônia eram bastante específicas ao território em que eclodiam. A forma como se deu o processo de assentamento e colonização da América portuguesa garantiu que os diferentes povoados

tivessem pouco ou quase nenhum contato entre si. Os primeiros anos da colonização, durante o século XVI, foi-se relegado as iniciativas privadas. Em 1520, as autoridades reais lusitanas haviam se preocupado em construir apenas duas feitorias na colônia: a do Cabo Frio, em 1504 e a do Pernambuco, em 1516. Tampouco se houve uma política inicial de povoamento, além de enviar degradados para as terras americanas.

Em 1530, pressionados a colonizar a costa oriental da América do Sul, os portugueses passaram a desenvolver assentamentos mais complexos. Contudo, esses focos coloniais eram contidos e isolados entre si, muitas vezes tendo uma comunicação mais ágil com a corte – separada por todo o oceano atlântico – do que com outros núcleos coloniais. Em meio a esse cenário de fragmentação territorial e política, as diferentes colônias foram adquirindo características próprias e, naturalmente, seus súditos desenvolveram anseios e objetivos específicos também.

“Quando do início da colonização, após 1530, os espaços continuaram a ser múltiplos, em função de várias frentes colonizadoras mais ou menos independentes que se abriam. Espaços quase sempre auto-contidos, isolados, e que às vezes se comunicavam mais facilmente com a Corte – como é o caso das terras ao norte – do que uns com os outros” (SOUZA, 2001, página 63)

A importância de darmos ênfase a estruturação colonial portuguesa na América e, sobretudo, jogarmos luz sobre a questão da fragmentação desses núcleos coloniais do período inicial de dominação lusitana, se dá a uma problemática da historiografia brasileira em relação aos movimentos contestatórios do período colonial brasileiro. Luciano Figueiredo aponta que, em fins do século XIX e com o declínio da monarquia, se criou uma atmosfera na nação de revitalização da historiografia nacional como meio de legitimar o programa republicano. Os intelectuais que seguiram esse ideário logo voltaram-se para as inúmeras rebeliões e revoltas ocorridas no período colonial, caracterizando-as como “nativistas”.

A categoria “nativista”, porém, comporia uma narrativa que esses movimentos teriam em sua gênese uma espécie de “proto-patriotismo” em relação ao Brasil e que, em essência, essas rebeliões seriam ligadas a um fervor anti-lusitano e contrário a toda a estrutura monárquica existente na América portuguesa.

“Firmou-se com grande força a ideia de que as revoltas na época colonial traduziam uma atitude de resistência ao domínio de Portugal, como se latejasse um sentimento nacional que a Metrópole não deixava nascer, indícios de manifestações antecipadas do apego à liberdade e à independência.” (FIGUEIREDO, 2005, página 13)

Evaldo Cabral de Mello, por sua vez, fala sobre o conceito de “nativismos”, isto é, a sensação de apego em relação a regiões específicas, geralmente aquela em que o indivíduo nasceu e/ou cresceu. Essa ideia dialoga muito bem com o quadro apresentado por Laura de Mello e Souza, que, como citado anteriormente, mostra que as colônias portuguesas na América eram autocentradas e careciam de uma maior integração entre si. O historiador Luciano Figueiredo nos mostra que enxergar esses movimentos “nativistas” longe de uma ótica nacionalista – e até mesmo ufanista – é um passo em direção para entender melhor esses movimentos coloniais, embora não seja o suficiente para compreendê-los em sua completitude.

Laura de Mello e Souza, também, aponta que a multiplicidade de motivos na origem e eclosão dessas revoltas coloniais vai muito além da definição padrão de “nativismo”. No mais, a composição social e a correlação de forças estabelecidas nesses movimentos também foram bastante variadas, superando da mesma maneira a dicotomia entre metrópole e colônia.

Naturalmente, os nativos brasileiros e os africanos escravizados no Brasil também tiveram o seu próprio contexto nas resistências e rebeliões coloniais contra as autoridades régias lusitanas. Em todos os manuais de história para a educação básica se é possível dar uma olhadela em alguns exemplos emblemáticas dos vários quilombos – comunidades compostas de indivíduos pretos e pardos a revelia do Estado português – que surgiram durante esse período no Brasil. Se há registros de resistência nativa desde os princípios do século XVI, num momento em que a colonização portuguesa se restringia a pequenas feitorias ao longo da costa e empreendimentos de caráter privado. Conforme os tentáculos do reino lusitano se expandiram pela terra conquistada, o número e a intensidade desses atos de resistência indígena passaram a crescer vertiginosamente.

Dessa forma, o presente artigo dedicar-se-á estudar uma dessas revoltas coloniais, ocorrida no nordeste brasileiro nos anos finais do século XVII. O objeto de estudo específico para esse empreendimento debruça-se sobre a revolta de homens negros, mulatos e indígenas no ano de 1691 na então vila de Camamu, no sul da Bahia.

A atenção a esse ato de rebeldia em específico se deve a diversos fatores: A historiadora Lara de Melo Santos, em sua tese de mestrado *Resistência Indígena e Escrava em Camamu no século XVII*, pincela rapidamente ao fato incomum da profunda cooperação que diferentes grupos étnicos da região apresentaram no momento da revolta. Luciano Figueiredo (FIGUEIREDO, 2005, p.25) partindo do mesmo raciocínio, argumenta que dificilmente os africanos escravizados na colônia brasileira estavam dispostos a cooperar com os mestiços, mulatos e/ou indígenas. Assim, a aliança desses grupos na Camamu de fins do século XVII pode se apresentar como de relevante interesse para estudos históricos escritos e a se escrever, como faz esse artigo.

Além disso, não se há muitas produções bibliográficas voltadas especificamente para esse levante. A historiadora Lara de Melo Santos desponta nessa área, com um breve ensaio intitulado “Morte aos brancos, viva a liberdade!”: rebelião escrava em Camamu, Bahia (século XVII) que foi publicado na coletânea *Revoltas escravas no Brasil* editado por João José Reis e

Flávio dos Santos Gomes, que posteriormente seria utilizado em sua tese de mestrado em 2004 com o título de Resistência Indígena e Escrava em Camamu no século XVII.

Stuart Schwartz também possui pesquisas na área, embora os levantes em Camamu estejam inseridos num contexto maior sobre os estudos de mocambos e quilombos na Bahia em seu artigo Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. O historiador Flávio dos Santos Gomes também irá pincelar sobre a situação de Camamu, ainda no contexto maior sobre mocambos, em seu artigo Um recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia (1575-1808).

Para a realização da dita pesquisa, será utilizado os documentos e arquivos disponíveis no sítio virtual do Arquivo Histórico Ultramarino, onde se encontram digitalizadas as cartas e missivas produzidas pelo Conselho Ultramarino português durante o ano de 1692, meses após a eclosão da revolta, objeto de estudo deste artigo. Além disso, literatura e fontes secundárias serão também utilizadas para dar embasamento ao trabalho, notoriamente os trabalhos do Prof. Dr. Luciano Figueiredo com sua extensa pesquisa acerca de revoltas coloniais e a tese de mestrado da historiadora Lara de Melo Santos acerca da Revolta de Camamu.

O presente trabalho também se guia a partir das obras do historiador João José Reis, que, durante a década de 1980, passa a desenvolver uma historiografia das rebeliões escravas no Brasil colonial tendo os agentes pretos e escravizados como protagonistas de sua própria história como se é possível verificar em *Rebelião Escrava no Brasil* (REIS, 1986). Como citado anteriormente, o historiador Luciano Figueiredo também é importante na linha de uma renovação historiográfica acerca das revoltas escravas e rebeliões na colônia lusitana, uma vez que seu trabalho debruça-se nas especificidades das estruturas e mecanismos que permeiam essas rebeliões.

Portanto, faz-se mister analisar com mais profundidade o contexto sócio-político da região de Camamu e os desdobramentos do levante de 1691, em busca de analisar como os mocambos e assentamentos de africanos se articulavam e eram essenciais para os atos de resistência – individuais ou coletivos – no sul da Bahia do século XVII (SANTOS, 1995, p. 28). Destaca-se também o fervor étnico presente no levante de Camamu, onde se é registrada a cooperação incomum dos diferentes grupos étnicos ali presentes (SANTOS, 2004,p.68), e a oposição explícita ao homem branco (SANTOS, 2004, p.68). No mais, a pesquisa sobre o levante também joga luz à uma crise que apavorou as autoridades régias da Bahia nesse período (Schwartz, 1987, p.71), mas que não recebe à devida atenção nos manuais historiográficos tradicionais brasileiros.

O conceito(s) de revolta para a sociedade moderna do século XVII

Antes de nos debruçarmos efetivamente sobre a Revolta de Camamu de 1691 e seus desdobramentos, faz-se necessário que realizemos uma reflexão mais profunda sobre o que são as revoltas coloniais na América portuguesa e suas especificidades. Como citado

anteriormente, historiadores como Evaldo Cabral de Mello criticam a forma como esses movimentos contestatórios foram se moldando dentro da historiografia brasileira e, por conseguinte, nos manuais de História utilizados no sistema educacional brasileiro.

A principal crítica, que é realizada por Evaldo Cabral de Mello, Luciano Figueiredo e Laura de Mello e Souza, é a questão do “nativismo”. Como dito anteriormente, Mello credita essa categoria como fruto do esforço de intelectuais da primeira república brasileira e do próprio Estado para legitimar o governo instalado em 1889. Isto é, busca trazer um sentido para os motins, revoltas e sedições ocorridas durante a tutela lusitana (1500-1822) que não necessariamente existiam ali. Nesse caso, o “sentido” que esses intelectuais buscavam era o do sentimento ufanista, patriota e até mesmo nacionalista. Buscavam defender que conspirações e revoltas, como a Inconfidência Mineira, tinham como objetivo último a libertação de uma nação brasileira e um profundo sentimento contrário a monarquia portuguesa.

Por exemplo, Rocha Pombo, jornalista e historiador do início do século XX no Brasil e ávido republicano, em sua obra “História do Brasil” aquando versou sobre a revolta colonial dos Beckman, no Maranhão, escreveu:

“Nem seria preciso mais nada para explicar como naturalmente se ia gerando na alma do povo em formação um forte sentimento do seu valor, e logo uma nova consciência jurídica, em contraste com as tradições da pátria-mãe”. (POMBO, 1966)

Assim, faz-se necessário que entendamos esses processos a partir do contexto local em que estes estavam inseridos. Rejeitar a ideia de uma série de revoltas “nativistas” com o objetivo de libertar toda a América portuguesa do jugo da coroa não significa dizer que os colonos não possuíam um sentimento de apego em relação a terra que nasceram. Havia, sim, um apego e, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, a colônia lusitana será abalada por diversas revoltas imbuídas desse caráter regionalista.

Além disso, a atenção a essas revoltas ditas “nativistas”, como por exemplo a Inconfidência Mineira, que talvez seja o símbolo máximo de uma narrativa ufanista brasileira colonial, colocou de lado grande parte das turbulências, motins e revoltas que ocorreram no Brasil. Movimentos, sobretudo, praticados por indígenas, pretos e mulatos, como é o caso da Revolta de Camamu de 1691, que embora tenha causado bastante preocupação para o governo real, não recebe tanta atenção dos historiadores na contemporaneidade.

Laura de Mello e Souza, em seu artigo “*motines, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos xvii y xviii*” fala o seguinte acerca desse ponto:

“La valoración de la inconfidência mineira (conjura minera) de 1789 y del martirio de tiradentes, héroe de nacionalidade, oscureció, desde mediados del siglo XIX, gran parte de los episodios de cuestionamiento y tuburlencia social ocurridos em la América

portuguesa. Um segundo plano honroso, cuando mucho, se reservo a los episodios en que se vislumbraba el nativismo [...]” (SOUZA, 2000, página 460)

Uma vez exposto a problemática da exaltação de revoltas tidas “nativistas”, precisamos elencar e categorizar que revoltas, motins e rebeliões fizeram parte do cotidiano da colônia portuguesa na América. A princípio, precisamos trabalhar com as nomenclaturas e entender como essa miríade de termos era utilizada no contexto da sociedade moderna do século XVII.

Entendemos o **motim** como um levante armado, geralmente de caráter popular e uma característica bastante marcante de resistência às autoridades públicas. Os motins vão ser bastante presentes tanto na sociedade do Antigo Regime da Europa como na colônia brasileira, geralmente ligados a fatores econômicos, como a cobrança de taxas governamentais abusivas. A ressurreição trata de um projeto político definido contra o *status quo* vigente, enquanto a revolução busca mudanças radicais em todas as áreas da sociedade.

Essa distinção clara entre os termos não existia no século XVII e as nomenclaturas utilizadas pelas autoridades lusitanas do período para se referir aos tumultos na colônia são vários: levantamento, alvoroço, assuada, conjuração, rebelião. E muitos destes eram utilizados para designar diferentes movimentos com diferentes pretensões.

Em relação à Revolta de Camamu de 1691, os termos utilizados nos documentos da época, tanto do Conselho Ultramarino como as cartas enviadas ao governador da capitania e até mesmo para o rei português, tratam os eventos ocorridos ali como um “levante” de negros e mulatos. Entretanto, atentando-se às nomenclaturas usuais da historiografia contemporânea, o presente trabalho utilizar-se-á do termo “revolta”, para se designar ao movimento em questão.

Após diferenciarmos os termos utilizados comumente na historiografia e nos atentarmos, também, àqueles que eram utilizados na sociedade colonial brasileira, se é necessário que nos debruçemos sobre a forma ao qual devemos abordar esses movimentos de rebeldia. O historiador que se dedica ao estudo de rebeliões, motins e revoltas deve realizar um trabalho árduo em investigar as causas, as motivações e os desdobramentos desses tumultos. Entretanto, é comum que alguns historiadores acabam caindo no anacronismo, especialmente quando trata-se de analisar esse tipo de objeto histórico. Como já citado, uma forma de anacronismo bastante presente na escrita historiográfica brasileira do início do século XX é bastante presente no conceito de “nativismo”.

Para entendermos, primeiramente, a natureza de uma revolta, precisamos enxergar a composição dos indivíduos que fizeram parte. Contestações provindas das camadas mais abastadas e das elites econômicas geralmente possuem motivações e interesses bastante diferentes das ocorridas nas camadas subalternizadas. Embora, em certas ocasiões, estas possam se entrelaçar. George Rudé caracteriza o estudo da composição social de revoltas como um dos pontos basilares na pesquisa de um historiador, vide ao seu escrito:

“[...] Todos esses eventos sugerem que a natureza dos distúrbios e das atividades da

multidão está estritamente relacionada com a composição (social, ocupacional e outras) dos que deles participaram. Mas este é um aspecto em questão quase que totalmente esquecido pelos historiadores e sociólogos.” (RUDÉ, 1991, página 211)

Luciano Figueiredo aponta que a metodologia desenvolvida por Rudé, de buscar os “rostos na multidão”, compreender a forma como aquele movimento foi oprimido e recebido pelo governo, as reivindicações e os alvos políticos dos revoltosos é essencial para o estudo e pesquisa sobre revoltas e rebeliões no Brasil. “fornece todavia a base segura para escapar das projeções e anacronismos que o pesquisador imperceptivelmente traz [...]” (FIGUEIREDO, 2005, p. 16)

Sobre as revoltas coloniais e modernas

Realizado esse breve apanhado de recomendações metodológicas e definições conceituais acerca do estudo e pesquisa sobre revoltas, rebeliões e movimentos contestatórios, devemos retornar ao contexto social da colônia brasileira e analisarmos a natureza das revoltas, rebeliões e motins ocorridos na América portuguesa. É importante lembrarmos que, embora com suas particularidades inerentes do status de colônia, o Brasil ainda estava inserido em maior ou menor intensidade na lógica do Antigo Regime português. E não foi nenhuma surpresa quando, os colonos ao aportarem no Brasil, trouxessem consigo também os costumes e pensamentos rebeldes.

Peter Burke diz que “motins podem ser encarados como uma forma extraordinária de ritual popular [...] os rebeldes e amotinados empregavam rituais e símbolos para legitimar sua ação” (BURKE, 1989; p.227). Esses rituais populares, tão característicos das sociedades europeias do Antigo Regime, acabam por ser transplantados ao Brasil no decorrer do processo da colonização e podem ser analisados a partir dos motins que ocorreram na colônia.

Uma das características que podemos aferir é que, segundo Burke, o povo servia mais como bode expiatório e que esses tumultos eram, surpreendentemente, bastante conservadores e não visavam a queda ou mudança de um regime monárquico inteiro. “[...] O que se atacava não era o sistema, mas o indivíduo, não a coroa, mas o rei ou seus conselheiros” (BURKE, 1989, p.196). No Brasil, os tumultos geralmente eram rápidos, locais e espontâneos, geralmente ligados a questões fiscais ou governamentais. Em relação a este último, as revoltas geralmente eram direcionadas a funcionários públicos específicos, algumas vezes englobando governadores e representantes reais; como é o caso dos motins de 1641, que depuseram o vice-rei, marquês de Montalvão; em 1644, contra o governador Luís Barbalho no Rio de Janeiro e em 1666 com a deposição do governador de Pernambuco. (FIGUEIREDO, 2005. P, 77)

Em suma, os tumultos brasileiros não eram antilusitanos ou sequer antimonárquicos. Laura de Mello e Souza, em sua descrição de uma das categorias de “rebeliões” coloniais que desenvolveu, escreve o seguinte:

“Por una parte, existen rasgos comunes entre tales movimientos y las revueltas características de las sociedades del Antiguo Régimen, sus contemporáneas. Ambos están quasi siempre regionalmente circunscritos, son violentos, rápidos y espontáneos; antifiscales y antiestales em su mayoría, pero no necesariamente antimonárquicos [...]” (SOUZA, 2000, página 460)

Motivos para rebeliões desse tipo na colônia portuguesa eram vários: o Brasil encontrava-se distante do centro de comando, isto é, Lisboa. E, não obstante as longas distâncias, o governo real de Portugal fazia questão de manter uma autoridade extremamente centralizada ao se tratar de sua possessão na América. (FIGUEIREDO, 1997, página 3). Assim, a burocracia lusitana acabava por se tornar estagnada, a representação dos latifundiários e comerciantes que faziam a vida nas colônias era falha e o envio de tropas de auxílio, em momentos de tumulto ou guerra, era vagaroso. “cercados por uma sensação de abandono e desproteção em relação ao rei, viam-se completamente vulneráveis às diferentes formas de cobiça”. (FIGUEIREDO, 1997, página 4).

A revolta da cachaça, no Rio de Janeiro, em 1660, é bastante emblemática da natureza desse tipo de distúrbio. Os moradores da cidade marcharam pelas ruas, invadiram a câmara municipal e depuseram o governador, devido suas políticas fiscais. Contudo, os revoltosos não tinham nenhuma pretensão antimonárquica: “Pelas ruas gritam por liberdade, disparam a tocar o sino da câmara, dirigem palavras de ódio às autoridades e aclamam “Vivas a Vossa Majestade, que reafirmavam como seu Rei e Senhor.” (FIGUEIREDO, 1997, página 4)

Em 1711, também se há uma revolta do tipo, em Salvador da Bahia, quando parte da população se mobiliza para depor o governador-geral recém-nomeado devido ao seu pacote fiscal que aumentava o preço dos escravizados e sobre as mercadorias importadas. (FIGUEIREDO, 1997, página 5). Ou seja, é evidente o número de revoltas antifiscais que pipocavam pelo Brasil durante o século XVII e XVIII.

Essas revoltas citadas podem ser incluídas numa categoria global de turbulências que ocorreram no Antigo Regime. Como citado anteriormente, estas são caracterizadas por serem conservadoras, antifiscais, isoladas em sua região e bastante efêmeras. Destas, o Brasil possui uma coletânea de governadores, donatários, vigários e outros funcionários reais que foram ameaçados e até mesmo expulsos por turbas ensandecidas de colonos.

Contudo, Laura de Mello e Souza aponta para revoltas de uma natureza específica da condição colonial do Brasil, revoltas estas que não possuem similares no continente europeu e em outras nações do Antigo Regime. Essa categoria em específico debruça-se sobre os movimentos de resistência e rebeldia dos grupos étnicos subalternizados existentes na colônia portuguesa, nomeadamente os indígenas e os pretos escravizados que aportavam no país. “[...] destacan peculiaridades próprias de la situación colonial, que no existen en los movimientos europeos: insatisfacción e inconformismo respecto la injerencia del Estado em las cuestiones

referentes a la utilización de la fuerza de trabajo esclava – negra o indígena” (SOUZA, 2000, p.460).

As revoltas escravas

Uma das especificidades do Brasil dos séculos XVI ao XIX, devido ao seu status de colônia, foi o uso desenfreado da mão de obra escrava, primeiramente indígena e em seguida africana. Naturalmente, essa conjectura social e política levou a sérios tumultos, ainda no século XVI, decorrentes da escravização desses povos. Já em 1567, na região do recôncavo baiano, uma intensa revolta de escravizados explodiria entre as fazendas de açúcar, resultando na destruição de muitas propriedades e vidas humanas.

A capitania da Bahia, como veremos mais adiante, tornou-se um dos grandes focos de revoltas étnico-raciais na colônia portuguesa. Não apenas na região do recôncavo, reconhecida por suas plantações de açúcar e pela capital colonial encravada em seu seio, Salvador da Bahia, teremos registros de fortes revoltas na região que ficou conhecida como o Baixo Recôncavo, no litoral sul da Bahia e grande produtor de mandioca e seus derivados. A Revolta de Camamu de 1691, caracterizada pela cooperação de indígenas, pretos e mestiços, se deu nesse local. (SANTOS, 2004, página 43); (FIGUEIREDO, 2005, página 29).

A principal maneira de resistência dessas pessoas escravizadas era por meio da sabotagem e da diminuição do ritmo de trabalho. Não limitado a esses pontos, muitos escravizados também resistiam por meio de fugas, onde se instalavam em comunidades mais ou menos distantes dos grandes centros coloniais. Stuart Schwartz (SCHWARTZ, 2001, página 225), indica que estas comunidades de pessoas escravizadas fugidas receberam diversas nomenclaturas ao longo da colonização: mocambos, ladeiras, magotes ou quilombos.

Embora a região do Recôncavo possuísse a maior concentração de escravizados em toda a capitania da Bahia, foi na região sul – o Baixo Recôncavo –, sobretudo na área de Camamu, Cairú e Boipeba que houve o maior número de mocambos. (SCHWARTZ, 2001, página 226). Os motivos eram vários: a região era mais afastada e de difícil acesso em relação a capital, Salvador; as pessoas escravizadas ali viviam em pequenas propriedades, em oposição aos grandes latifúndios da região do Recôncavo e, por fim, nas redondezas de Camamu estima-se que a proporção de escravizados na população era em cerca de 40% a 60%. (SCHWARTZ, 2001, página 26).

É inclusive a partir de um mocambo que cinco mulatos irão liderar a revolta escrava na vila de Camamu, ao aliciar os indivíduos escravizados daquele núcleo e posteriormente destruírem as fazendas e matar alguns senhores brancos da região. (SANTOS, 2004, página 75). Assim, embora João José Reis classifique esses assentamentos como vivendo numa “rebelia ambígua” (FIGUEIREDO, página 32), podemos entender que estes eram importantes focos de resistência e muitas vezes eram instrumentos diretos para rebeliões armadas contra os senhores de escravos.

Embora até o século XIX não se houvesse tantas revoltas coletivas de escravizados – Camamu foi uma grande exceção, conseguindo mobilizar todos os escravizados da região da vila já em 1691 – o número de mocambos cresceu vertiginosamente. No século XVIII, já eram mais de 160. (FIGUEIREDO, 2005, página 35). Esse grande número de assentamentos escravos embora não enfrentasse diretamente com frequência as autoridades da colônia, estes serviam para incutir o medo e a preocupação nas elites coloniais e seus senhores. Em 1719, por exemplo, a paranoia tomou conta da elite mineira, quando boatos de que os escravizados ali planejavam um levante de grandes proporções na quinta-feira da semana santa.

A disputa étnica muitas vezes era a responsável pela não existência de levantes generalizados. Isto e a fragmentação política crônica do território brasileiro. Por exemplo, no caso do suposto levante de 1719, as informações chegaram as autoridades devido ao desentendimento entre escravizados da etnia Mina e Angola. (FIGUEIREDO, 2005, página 36). Além das disputas entre etnias africanas, também se existia o preconceito entre os mestiços nascidos no Brasil e os escravizados vindos do continente africano. Os portugueses enxergavam esses problemas e os utilizavam para benefício próprio, vide a prática de incluir mestiços como auxiliares nas forças militares utilizadas para perseguir e fazer guerra contra escravizados. (SANTOS, 2004, página 72).

Esse cenário de disputas étnicas entre os grupos escravizados e subalternos da colônia brasileira torna ainda mais incomum o levante em Camamu de 1691: se é sabido por cartas ao Conselho Ultramarino e ao governador da capitania que os líderes teriam sido cinco mulatos, vindos de um mocambo e que guiaram escravizados – muitos deles, pretos e vindos da África – contra as autoridades coloniais. (SANTOS, 2004, página 74).

Camamu e seu contexto histórico

Camamu, palco da revolta de indivíduos de cor citada anteriormente, aconchegava-se no extremo norte da então Capitania de Ilhéus (SANTOS, 2004, página 20), defronte a uma baía de mesmo nome e entre o Rio das Contas e o Rio Tinharé. Afastado dos grandes centros coloniais, o assentamento de Camamu surgiu devido a necessidade de criar-se um aldeamento de indígenas naquela região, empreendimento que foi logo liderado pelos irmãos do Colégio da Bahia, pertencentes a Companhia de Jesus.

Os aldeamentos serviam como um bom instrumento de dominação e expansão da autoridade lusitana sob sua colônia. Esses assentamentos, sob a liderança dos jesuítas, eram alocados próximos aos centros coloniais, em vista de fornecer mão de obra em abundância. Além disso, o ajuntamento de nativos também oferecia um contingente essencial para as milícias coloniais que, comumente, se encontravam as avessas com grupos nativos mais hostis. A proximidade com indígenas aldeados também garantia aos colonizadores a oportunidade de aprender mais sobre os sertões – ermos que os portugueses possuíam dificuldade em penetrar no interior do continente – e conseguir informações privilegiadas acerca de povos inimigos.

Essas estruturas de captação de nativos foram institucionalizadas em 1548, mas ganhou força com o governo de Mem de Sá (1557-1572), que incentivou e liderou diversos empreendimentos com o objetivo de sujeição das populações indígenas que viviam à revelia das autoridades coloniais. É nesse contexto que, em 1563, o território de Camamu entre o Rio das Contas e o Rio Tinharé será cedido aos jesuítas.

Ao longo da baía de Camamu, os jesuítas fundaram diversas vilas agrícolas, sendo a primeira a de Camamu, ainda em 1561. Mais assentamentos foram criados, como os de Cairú e Boipeba, localizando-se nas ilhotas que compõem a baía. Os kariris e os paiaíás foram alocados no litoral de Camamu no século XVII, sobretudo para servir de defesa contra as incursões hostis de grupos Aimorés que habitavam o interior de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Estes últimos se mostraram irredutíveis e não se submeteram ao regime jesuítico, sendo foco de grande preocupação por parte dos jesuítas.

As terras de Camamu, a partir de 1575, foram arrendadas a diversos produtores de menor estirpe e colonos empobrecidos, sob os bons auspícios do Padre Serafim Leite. O arrendamento dessas terras havia um objetivo claro: formar núcleos populacionais que pudessem inibir as incursões indígenas na região. É importante lembrarmos que Camamu se localizava no extremo norte da então Capitania de Ilhéus, uma região considerada fronteira e onde as autoridades portuguesas ainda não tinham absoluto controle.

Em fins do século XVI, Camamu encontrava-se arrasada e abandonada tanto pelos colonos como pelos jesuítas, justamente devido ao ambiente hostil que o sul da Bahia se encontrava durante a primeira centúria de colonização lusitana. É apenas após a “pacificação dos Aimorés” – uma série de conflitos entre 1597 e 1602 – que as terras de Camamu voltaram a ser colonizadas.

Os Aimorés constituíam um grupo insubmisso e bastante hostil as autoridades portuguesas e manteve-se assim até o início do século XIX. Dominavam praticamente todo o sertão da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo e se apresentaram como um entrave para a expansão portuguesa nesse sentido durante as décadas iniciais da colonização.

“Padre João de Aspilcueta Navarro que acompanhou a primeira entrada, de Francisco Bruzza de Spinoza, para explorar o rio Buranhém, Jequitinhonha e São Mateus, em carta datada de 24 de junho de 1555, confirma que Aimorés ocupam o sertão entre os rios Jequitinhonha e Pardo. [...] A julgar por esses informes, os Aimorés dominam praticamente todo o sertão da Bahia a Minas Gerais, ocupando ainda a costa desde as capitânicas de Porto Seguro e Ilhéus até a Bahia.” (EMMERICH, MONSERRAT, 1975, PÁGINA 5)

Esse grupo indígena, que nos séculos XVI e XVII também eram referenciados em documentações portuguesas como “*grens*”, tinham hábitos nômades e naquele período os

portugueses pareciam não ter conhecimento de nenhum assentamento habitado por este povo. (BARICKMAN, 1995, páginas 330 e 331) (DE SOUSA, DE VARNHAGEN, 1971, página 78 e 79). Suas incursões possuíam grande alcance e eram bastante destrutivas, interrompendo o desenvolvimento da economia colonial e até mesmo atrasando a colonização das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro.

“A capitania de Porto Seguro e a dos Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor destes bárbaros, cujos engenhos não lavram açúcar por lhe terem morto todos os escravos e gente deles e a das mais fazendas [...]” (DE SOUSA, DE VARNHAGEN, 1971, página 78)

Em fins do século XVI se há uma série de investidas militares contra os Aimorés, o que permite uma paz temporária na capitania de Ilhéus e, também, uma janela de oportunidade para os jesuítas retomarem seus afazeres nas terras de Camamu. Já em 1612 os jesuítas contavam com o engenho do rio da Trindade, três igrejas – Nossa Senhora da Assunção, Santo Inácio e São Francisco Xavier – e ao menos duas fazendas: a de Santa Inês e a de Santa Ana.

A estrutura de arrendamento continuaria tendo os pequenos arrendatários se dedicando ao cultivo de leguminosas e outros produtos alimentícios, em vista de abastecer o Recôncavo Baiano, centro da economia açucareira da então capitania da Bahia. (SANTOS, 2004, página 20) O principal produto cultivado aqui era a mandioca, que servia como produto básico para a subsistência na colônia brasileira durante o século XVII. (SCHWARTZ, 1987, página 65).

Em relação aos escravizados da África, que passaram a afluir com abundância durante o início do século XVII na região, podemos aferir que eles possuíam um ritmo de trabalho mais brando em relação ao que existia nas propriedades açucareiras e, também, viviam em comunidades menores, devido ao processo em que os jesuítas dividiam suas terras em Camamu para pequenos fazendeiros. (SCHWARTZ, 1987, página 64)

Além disso, havia uma predominância acentuada de escravizados em relação aos brancos, mestiços e indígenas. Schwartz estipula que nessas regiões mais ao sul – entre as capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro – a porcentagem de escravizados na população chegava a beirar dos 40% aos 60%. (SCHWARTZ, 1987, página 65) A grande quantidade de escravizados que aportaram na baía de Camamu se deu em grande parte a riqueza que os fazendeiros adquiriram em virtude da venda da farinha de mandioca. (SANTOS, 2004, página 35)

Assim, em fins do século XVII, as terras de Camamu se configuravam num importante centro produtor de farinha de mandioca, composto por pequenas propriedades que utilizavam o trabalho escravo para produzir seus bens. Na década de 1690, a maior parte da ameaça que os grupos indígenas Aimorés e Grens representavam no apagar das luzes do século passado

havia se dissipado. Contudo, a baía de Camamu permanecia mais ou menos como uma região “fronteiriça”.

Schwartz argumenta que algumas características colocam Camamu – e outras vilas jesuítas da região, como Boipeba e Cairu, mais ao sul – no status de “fronteira”. A primeira delas é que a região era consideravelmente afastada dos grandes centros coloniais, levando-se meses para que qualquer decisão tomada na capital colonial chegasse até Camamu. A segunda, trata-se da inabilidade dos portugueses de assertarem seu domínio ali em relação aos grupos considerados “rebeldes”. Por exemplo, no século XVI e início do XVII, o problema crônico das investidas Aimorés chegou mesmo a depopular a primeira tentativa de colonização de Camamu. (BARICKMAN, 1995, página 336) Posteriormente, findada a ameaça indígena, Camamu – e toda a região sul, englobando as capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro – se converteu num ponto quente de surgimento de mocambos. (SCHWARTZ, 1987, página 63)

A existência desses mocambos passou a ameaçar a estabilidade dos assentamentos que ali existiam. Em 1633, 1692, 1697 e 1723, as autoridades coloniais realizaram incursões ao interior com o objetivo de destruir esses locais. No mesmo ano de 1723, registros apontam para um mocambo de quase 400 pessoas. (SCHWARTZ, 1987, página 63) O medo que os habitantes de Cairu, Boipeba e Camamu tinham não era de todo infundado, como veremos mais adiante no caso da Revolta de Camamu de 1691, em que cinco “mulatos”, provenientes de um mocambo próximo, foram responsáveis por liderar um grande grupo de escravizados de Camamu contra as autoridades coloniais.

A revolta de Camamu de 1691

A revolta de Camamu se deu no ano de 1691, a quando cinco mulatos instigaram um levante de um grande número de escravizados nas redondezas da vila de Camamu. Em documentação do conselho ultramarino, datada de 1692, se é descrito que os rebeldes invadiram e saquearam diversas propriedades da região, levando consigo armas e outros bens importantes. Indo além, os escravizados e seus líderes mulatos também sequestraram mulheres e crianças da vila, levando-as consigo quando o grupo abandonou Camamu após o saque e se assentaram numa nova “vila”, que recebeu o nome de Santo Antônio e configurou-se como o último bastião de resistência dos revoltosos.

Os cinco mulatos que iniciaram a revolta, provenientes de um mocambo existente próximo a Camamu, nos mostra a interessante dinâmica que esses agrupamentos de escravizados fugidos (REIS, 1996, página 18) desenvolviam no seio da sociedade colonial. Ao invés do senso comum, de imaginar os mocambos como uma entidade totalmente isolada e separada do restante da civilização colonial, a documentação e a historiografia mais recentes nos indicam que estes assentamentos geralmente se encontravam próximos aos grandes centros coloniais. Embora tenha havido, sim, grandes assentamentos como o de Palmares que se manteve distante dos núcleos populacionais, a grande maioria não ia tão longe. (REIS, 1996, página 16, 17 e 18)

A proximidade dos mocambos com as vilas coloniais proporcionava uma série de vantagens para os fugidos: lhes permitiam desenvolver conexões com os indivíduos ainda escravizados e com libertos que viviam entre os colonos. Relações comerciais também eram para essas comunidades negras, uma vez que grande parte dos mocambos não possuíam uma economia de subsistência robusta e acabavam por ter que se virar aos saques e roubos. (REIS, 1996, página 18).

A existência de grupos indígenas hostis no interior da colônia também impossibilitava uma maior penetração desses indivíduos escravizados, forçando-os a criar seus assentamentos em proximidade com as plantações e cidades. (SCHWARTZ, 1992, página 228). Não obstante, esses assentamentos eram construídos em regiões de difícil acesso e em relevos que facilitassem sua defesa. Durante a revolta de 1691 em Camamu, por exemplo, os rebeldes foram rápidos em construir uma “vila”, que recebera o nome de Santo Antônio. O assentamento foi instalado em cima de um monte e, segundo o relato do então governador da capitania da Bahia, Antônio da Câmara Coutinho, os rebeldes já haviam construído, também, estacadas com o propósito de defesa.

Stuart Schwartz em *Escravos, Roceiros e Rebeldes* (1992), faz uma citação de um escrito de um jesuíta anônimo, datado de 1619, onde o homem da fé faz uma breve descrição do *modus operandi* dos quilombos que existiam próximos ao litoral baiano.

“essa gente tem o costume de fugir para a floresta a reunir-se em esconderijos onde vivem de assaltos a colonos, roubando gado e arruinando as safras e os canaviais, o que resulta em muitos danos e prejuízos, maiores que os da perda do trabalho diário. E muito desses (fugitivos) passam muitos anos na floresta, não retornam nunca e vivem nesses mocambos, que são povoados que eles construíram no meio do mato... E dali que eles partem para seus assaltos, roubando e furtando, e muitas vezes matando muitas pessoas, e nesses assaltos eles procuram levar consigo seus parentes, homens e mulheres, para com eles viver como pagãos.” (SCHWARTZ, 1992, página 223)

As autoridades imperiais ficavam extremamente receosas com a existência desses núcleos de escravizados fugidos e não atoa empreendiam uma série de entradas e incursões na tentativa de erradicar esses quilombos. Por mais que esses locais geralmente representassem uma rebeldia ambígua (REIS, 1996, página 23), isto é, não se engajassem diretamente em conflitos e/ou rebeliões contra a coroa portuguesa, sua própria existência representava um simbolismo radical demais para as elites coloniais. A “paranoia” de um levante maciço de escravizados estava sempre permeando a mente dos grandes senhores.

Essa mentalidade poderia ser ainda mais forte entre os habitantes da capitania de Ilhéus, pois, como citado anteriormente, o número de mocambos existentes ali era bem maior do que na região do recôncavo. Schwartz (1992, página 227), argumenta que o caráter fronteiriço das terras de Camamu – que, como explicado anteriormente, era alvo frequente de

incursões indígenas, sobretudo Aimorés – e a relativa distância da comunidade em relação a capital, favoreceram a resistência de escravizados.

Os portugueses, em reação ao elevado número desse tipo de povoamento na região, passaram a desenvolver milícias compostas por guerreiros indígenas, paulistas e mulatos. (SCHWARTZ, 1992, página 224). A criação do posto de capitão-do-mato também foi um instrumento essencial de controle português sobre os grupos que viviam a margem da autoridade colonial no interior da Bahia e nos sertões do Brasil afora. O posto de capitão-do-mato era, também, ocupado por ex-escravizados e mulatos, para o ódio e ressentimento dos grupos pretos. (SCHWARTZ, 1992, páginas 229 e 230)

O uso de mulatos e cabras nos instrumentos de repressão aos escravizados era feito de modo deliberado pelos portugueses. Mesmo no século XIX, após a independência brasileira, as autoridades governamentais continuaram a seguir esse raciocínio, vide ao emprego de mulatos e cabras na Guarda Nacional, criada em 1831. (REIS, 1986, página 175).

Além disso, mulatos e crioulos – termo que era utilizado no período para se referenciar aos escravizados provindos da África – possuíam muitas diferenças culturais e geralmente não colaboravam em movimentos de resistência. (REIS, 1986, página 173). Essas diferenças eram acentuadas a partir da estrutura escravagista existente na colônia brasileira, que visava alienar os afro-brasileiros – escravizados nascidos e socializados no Brasil – contra os africanos. Os brasileiros possuíam, embora limitadas, bem mais oportunidades para se inserir na sociedade colonial que os escravizados de origem africana. Daí a ausência de mulatos na maioria das revoltas escravas pré-1835 (REIS, 1986, página 173).

Assim, em vista dessas fortes tensões étnicas, incentivadas pelo Estado português, podemos perceber o fenômeno incomum ocorrido no levante em Camamu. Na carta do governador da capitania para André Lopes de Lavre, se é dito que a revolta foi liderada por mulatos e que estes obtiveram sucesso em levantar um grande número de pretos da vila. Através do documento produzido pelo Conselho Ultramarino, de 1692 sobre o resultado da revolta, sabemos também que este grupo rebelde era organizado o suficiente para ter dado luta aos portugueses no assentamento que estes chamaram de Santo Antônio.

“No Camamú se levantaram uns mulatos e convocaram assim grande quantidade de negros, querendo se fazer senhores daquela villa. Com todo o cuidado lhe acudi e me obrigou mandar-lhe dar uma batalha que elles esperam ao som de caixas.” (BNAj 51 V42, fl 13- 13v.)

Se é sabido que, em grande parte das vezes, os crioulos e mulatos não participavam de rebeliões que estes fossem a minoria. (REIS, 1986, página 173). Portanto, pode-se especular que no caso de Camamu, os mulatos fossem o grupo étnico majoritário naquela região.

Esse levante de mulatos e pretos em Camamu trouxe bastante consternação as autoridades em Salvador. Nas cartas ao rei português, Câmara Coutinho argumenta que aquele levante poderia ter servido como inspiração para os escravizados do recôncavo e exagera ao dizer que, caso a batalha contra o mocambo de Santo Antônio tivesse sido um revés para o lado português, este poderia se converter numa segunda Palmares. Além disso, se é expressada a preocupação acerca de uma possível interrupção do fabrico de mandioca, que a cidade de Salvador dependia para se alimentar e que a adquiria justamente da região de Camamu.

Dessa forma, podemos analisar a importância econômica de Camamu para as autoridades coloniais do período e, também, o forte simbolismo que um levante escravo, proveniente de um mocambo próximo, poderia alcançar naquela região e potencialmente se tornar um risco para a estabilidade política ao longo prazo.

A rebelião foi brutalmente oprimida, aquando o governador Câmara Coutinho envia um grande número de pólvora e armamentos, assim como uma ordem ao Capitão-mor local para mobilizar homens e as vilas vizinhas com o objetivo de neutralizar os rebeldes. A decisão de Coutinho de não enviar homens é justificada por ele próprio, pois o governador tinha receio que os escravizados soubessem de antemão a vinda de uma expedição militar.

Antônio Ferraz de Azevedo, nomeado “capitão-das-entradas” e posto no comando da milícia por Câmara Coutinho, seguiria até o mocambo de Santo Antônio, onde com sucesso desbarataria os rebeldes, dando um fim ao levante.

Não obstante a importância dessa rebelião para o contexto colonial da época, os historiadores pareceram não se interessar muito na pesquisa e estudo desse tópico. (SANTOS, 2004, página 88). Stuart Schwartz e Flávio Gomes relegam o estudo sobre a Revolta de Camamu um status periférico, inserido dentro de um contexto maior da presença de mocambos e resistência escrava na Bahia no período colonial.

Contudo, como pode-se inferir por meio desta pesquisa, o estudo e análise da Revolta de Camamu pode servir como instrumento importante no aprofundamento da compreensão do papel dos mocambos na resistência escrava da Bahia, assim como reflexões acerca das relações étnico-raciais nesse meio e até mesmo as dinâmicas econômicas e políticas entre o centro e a periferia de uma mesma capitania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARICKMAN, Bert J. "Tame Indians," "Wild Heathens," and Settlers in Southern Bahia in the Late Eighteenth and Early Nineteenth Centuries. **The Americas**, v. 51, n. 3, p. 325-368, 1995.

BURKE, Peter. Cultura popular na idade moderna. **São Paulo, Companhia das Letras**, 1989.

DE SOUSA, Gabriel Soares; DE VARNHAGEN, Francisco Adolfo; DE PORTO SEGURO, Visconde. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1971.

DOS SANTOS GOMES, Flávio. **Um Recôncavo, dois sertões e vários mocambos: quilombos na capitania da Bahia (1575-1808)**. História Social, n. 2, p.25-54, 1995

MONSERRAT, Ruth; EMMERICH, Charlotte. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. **Boletim do Museu do Índio de Rio de Janeiro**, n. 3, p. 3-44, 1975.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Derrama e política fiscal ilustrada**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 41, p. 5-20, 2005.

FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil colônia**. Zahar, 2005.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Maquiavelianas brasileiras: dissimulação, ideias políticas e revoltas coloniais** (Portugal, séculos XVII e XVIII) 1. Tempo, v. 20, p. 00-00, 2014.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista usp, n. 28, p. 14-39, 1996.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos males, 1835**. Brasiliense, 1986.

RUDÉ, George. **A Multidão na historia estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

POMBO, José Francisco da Rocha; VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 1958.

SANTOS, Lara de Melo. **Resistência indígena e escrava em Camamu no século XVII**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 103. 2004.

SANTOS, Marília Nogueira dos. **O império na ponta da pena: cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil**. Tempo, v. 14, p. 101-117, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 17, n. Especial, p. 61-88,1987.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Edusc, 1992.

SOUZA, Laura de Mello et al. Motines, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos XVII y XVIII. In: **Historia general de América Latina**. Trotta, 1999. p. 459-474.

SOUZA, Laura de Mello. O nome do Brasil. **Revista de História**, n. 145, p. 61-86, 2001.

